



Federação Nacional dos Sindicatos da Educação

# Seminário Nacional

sobre o

## Ensino Particular, Cooperativo e Social



*Análise no seminário FNE sobre Ensino Particular, Cooperativo e Social*

### “Reorganização do Estado prejudicou ensino particular”

“O Conselho Nacional de Educação não detém as condições adequadas para acompanhar o ensino privado em Portugal”. Esta é a grande conclusão a retirar do Seminário Nacional sobre o Ensino Particular, Social e Cooperativo que a FNE organizou hoje em Lisboa. O secretário-geral da Federação Nacional dos Sindicatos da Educação, João Dias da Silva, e Rodrigo Queiroz e Melo – da Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo – AEEP - partilharam hoje publicamente esta mesma opinião, contra a extinção do Conselho Coordenador do Ensino Particular e Cooperativo. Isto, numa crítica ao quadro que o actual Governo definiu para a reorganização da Administração Central do Estado (PRACE).

Numa iniciativa que juntou na sede da UGT perto de uma centena de docentes, e na qual também esteve presente o secretário-geral da União Geral de Trabalhadores, João Proença, ficou a conhecer-se melhor a realidade do ensino privado em Portugal. Isto, precisamente um dia depois de terem surgido os tradicionais rankings de escolas com base nos resultados dos exames nacionais. Sobre o facto, aliás, Queiroz e Melo disse que os rankings demonstram bem a “pluralidade de projectos do ensino particular e cooperativo, o que aliás se repete nas escolas públicas”. Assim, realçou que este subsector de ensino concentra as melhores notas, “mas também as piores do País”.



João Proença preferiu falar da concorrência sadia entre os dois tipos de ensino (particular e estatal), sempre sob a regulação do Estado. Frisou o secretário-geral da UGT que a central sindical é contra a privatização do ensino público mas claramente a favor do reforço do ensino privado, surgindo aqui a obrigatória coexistência.

No seminário que abordou as questões do estatuto do ensino particular e cooperativo, bem como os processos de negociação existentes, ficou registada a mensagem dirigida à Tutela no sentido de que esta se responsabilize pela regulação de uma oferta total de educação e formação que seja de alta qualidade quer seja no estatal ou privado. Dias da Silva não quis deixar de mencionar a “incapacidade do Estado para responder às solicitações de educação e formação que a sociedade tem mostrado, para referir que em múltiplas circunstâncias o ensino privado foi pioneiro”.

A questão sindical também foi abordada, concretamente na luta dos sindicatos para a equiparação total entre o sistema de ensino público e privado. “Mas será que hoje se justifica esta equiparação total ou se se deve reconhecer a especificidade dos diferentes tipos de ensino?” João Proença colocou a questão, contextualizando a contratação e negociação colectiva que prosseguirá inevitavelmente em diferentes patamares.

Quanto à intervenção directa do Estado nas escolas particulares, Queiroz e Melo diz que ela é diferente da que é feita nas estatais, “mas nem por isso menos desastrosa”. Acrescenta o também ex-chefe de gabinete do ministério liderado por Maria do Carmo Seabra: “O grande problema do ensino é uma questão legislativa. Esta pomposidade da autonomia pedagógica do ensino particular é apenas a secretaria passar a estar em casa”. Mais. “O estatuto do ensino particular e cooperativo deve ser imediatamente revogado e reconstruído a partir daquilo que o País pensa do sistema de ensino”.

João Dias da Silva frisou ainda a necessidade de reivindicar a defesa do princípio de que “melhores condições de trabalho para os trabalhadores da educação se traduzam sempre em melhores condições de aprendizagem para os alunos”. E isso é tão verdade no sector estatal como no sector privado.”

Para que tal aconteça, não pode continuar o risco de desemprego para milhares de docentes com o denominado contrato de patrocínio, após a reformulação do ensino da música em Portugal nos conservatórios. É que, ao que parece, o Governo apostou tudo em seis conservatórios estatais, esquecendo os restantes 105. A FNE vai continuar a bater-se por melhores condições de ensino independentemente do sector, e a proximidade com as instituições de ensino particular são para isso fulcrais, a exemplo do seminário de hoje.

Lisboa, 24 de Outubro de 2007  
Departamento de Informação e Imagem



# Seminário Nacional

sobre o  
Ensino Particular, Cooperativo e Social